

1           **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO COMITÊ DA BACIA**  
2           **HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO**  
3           **(GD6), REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2021 POR VIDEOCONFERÊNCIA**

4           Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e  
5           trinta minutos, deu-se início a 3ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do  
6           dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-Pardo GD6), realizada  
7           de forma não presencial, pela plataforma Google Meet, para discussão dos seguintes  
8           itens de pauta: **Item I** - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê, execução do  
9           Hino Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de ausência; **Item II** -  
10          Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária do dia 13/04/2021; **Item III** - Aprovação da  
11          Deliberação “*Ad Referendum*” nº 12/2021 de 14.05.2021 que altera o nome da CTO para  
12          CTOC e dá nova atribuição; **Item IV** - Discussões e contribuições dos conselheiros sobre  
13          o tema Cobrança pelo Uso do Recurso Hídrico; **Item V** - Deliberação de Criação da  
14          Comissão Eleitoral para acompanhamento do Processo Eleitoral 2022/2026, conforme  
15          proposta de DN em anexo, com apresentação dos indicados a representar cada  
16          segmento; **Item VI** - Assuntos Gerais; e **Item VII** - Encerramento. **Membros presentes:**

17          Na reunião estiveram presentes 26 (vinte e seis) membros, representando 25 (vinte e  
18          cinco) Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria: **Presidente Rogério**  
19          **Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento -**  
20          **ASSEMAE), Secretário Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio**  
21          **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD) e Secretária Adjunta Rafaela**  
22          **Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) e os seguintes Conselheiros:**  
23          **Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG),**  
24          **Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM),**  
25          **Leonel Satiro de Lima (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do**  
26          **Estado de Minas Gerais - EMATER), Aparecido Venâncio Martins (Secretaria de**  
27          **Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA), Acássio José Paese**  
28          **(Polícia Civil de Minas Gerais), Giovani Adison Grande (Secretaria de Estado de**  
29          **Saúde - SES), representantes do PODER PÚBLICO ESTADUAL; Samira Fróes de**  
30          **Oliveira (Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Antônio Carlos Alvisi (Prefeitura**  
31          **Municipal de Poços de Caldas), Claudio Junior Araújo (Prefeitura Municipal de**  
32          **Andradas), Camilla Batista de Oliveira (Prefeitura Municipal de Muzambinho),**  
33          **representantes do PODER PÚBLICO MUNICIPAL; Mário Montingelli Neto**  
34          **(Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Renato Nogueira Pizol**  
35          **(Alcoa Alumínio S/A), Cláudia de Souza (DME Energética S.A.), Laene Fonseca**  
36          **Vilas Boas (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG), Luiz**  
37          **Renato Musa Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de Poços de**  
38          **Caldas - ASMIPC), representantes dos USUÁRIOS; José Edilberto da Silva**  
39          **Resende (Associação Poços Sustentável - APS), Kelly Ribeiro de Andrade Almeida**  
40          **Di Tomazzi (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande –**  
41          **ARPA Rio Grande), Irinéia Ardisson da Silveira Souza (ONG Planeta Solidário),**  
42          **Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade**  
43          **Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas), Ana Paula**  
44          **Brescancini Rabelo (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade**  
45          **Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas), Ângela Maria**  
46          **Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de**  
47          **Minas Gerais - CREAMG), Valnei José de Melo (Nascentes do Alto do Rio Pardo e**

48 **seus afluentes - NARP) e Sebastião Marcos Vilela (Instituto Federal do Sul de Minas**  
49 **- Campus Muzambinho), representantes da SOCIEDADE CIVIL.** Também estiveram  
50 presentes os seguintes convidados: **Maria de Lourdes Amaral Nascimento (Gerente**  
51 **de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação a Gestão Participativa**  
52 **– GECBH – IGAM), Robson Rodrigues dos Santos (Gerência de Apoio aos Comitês**  
53 **de Bacias Hidrográficas e Articulação a Gestão Participativa – GECBH – IGAM) e**  
54 **Allan de Oliveira Mota (Gerente de Planejamento de Recursos Hídricos – IGAM);**  
55 **Item I -** A reunião foi aberta pelo Presidente Rogério, o qual agradeceu a presença de  
56 todos e desejou uma boa reunião. Na sequência, ele solicitou a execução do Hino  
57 Nacional e convidou todos a cantarem. Verificou-se o quórum e a secretária fez a leitura  
58 das justificativas de ausências. O Presidente Rogério propôs inverter as pautas,  
59 começando-se por “assuntos gerais”, pois disse que o Comitê é composto por 4 (quatro)  
60 segmentos e que gostaria que todos participassem com muito diálogo e que trouxessem  
61 contribuições dos seus setores. A conselheira Laene sugeriu que os assuntos de  
62 relevância sejam discutidos em uma reunião extraordinária, pois assuntos gerais são  
63 informes, recados e assuntos diversos rápidos. O conselheiro Valnei disse que há  
64 assuntos como o Plano Diretor, que são de extrema importância e devem ser discutidos,  
65 ao que todos concordaram com a inversão das pautas e passou-se então para o  
66 **Item VI - Assuntos Gerais;** O conselheiro José Edilberto comentou sobre a sua  
67 contribuição enviada à Diretoria para avaliação e utilização de um quadro de pendências  
68 de todas demandas identificadas no CBHGD6 e não pautadas, bem como as respostas  
69 pendentes e não tratadas, Prosseguiu sobre outro tema que é o Plano Diretor e a  
70 motivação para a discussão do mesmo, ações priorizadas e aprovadas na reunião em  
71 Bom Repouso pela Plenária e que repetidamente o Conselheiro Antônio Carlos Sales  
72 preparava a atualização e apresentação, considerando que era objeto de pauta não  
73 cumprido em reunião anteriores. Sobre o Fórum adequado para manifestação e  
74 deliberação do CBHGD6, ele reforçou que a plenária é o canal oficial do Comitê, que  
75 outros fóruns informais não possuem caráter deliberativo. A respeito do quadro de  
76 pendências, o Presidente Rogério respondeu que será disponibilizado para todos assim  
77 que tiver todas as respostas do mesmo, bem como com a concordância e a retomada  
78 das discussões do Plano Diretor e a eleição para um novo coordenador da Câmara  
79 Técnica do Plano Diretor - CTPD, caso o conselheiro Antônio Carlos Sales decidir  
80 realmente deixar a CTPD. Frisou que o Plano Diretor é um assunto que tem que sempre  
81 ser discutido no Comitê e que a CTPD deve-se reunir com mais frequência para discutir  
82 meta por meta, trazendo para a plenária a demanda para serem feitas as devidas  
83 deliberações e precisa da contribuição de mais conselheiros atuantes. A conselheira  
84 Ângela pontuou que, com relação ao plano diretor, o Presidente deveria já convocar uma  
85 reunião com a CTPD para que seja escolhido o coordenador e resgatar nas atas antigas  
86 o que já foi decidido nas plenárias com relação ao Plano Diretor. E a partir daí trabalhar  
87 uma hierarquia de necessidades para que seja dado o prosseguimento dos projetos que  
88 existem no Plano Diretor, trabalhando em uma deliberação normativa que seria uma  
89 norma infra legal que apoiaria o Comitê no caso dos recursos virem, para poder  
90 determinar para onde serão destinados, pois no fundo este é o problema do Plano  
91 Diretor, por ele ser do ano de 2010 e portanto, estar defasado em onze anos. Outro  
92 trabalho para a CTPD seria fazer uma DN nova de criação e composição, que também  
93 estão defasadas. Sugeriu também que a CTPD tenha um espaço de fala nas reuniões  
94 da plenária para comunicar o que está em andamento e colher sugestões dos  
95 conselheiros. E aprovou a apresentação do quadro de pendências do conselheiro

96 Edilberto. O Presidente Rogério concordou e disse que colocará na pauta das próximas  
97 reuniões da plenária este espaço de fala para as CT's atualizarem sobre os seus  
98 trabalhos. E propôs um treinamento com o Allan (IGAM), sobre as ações do Plano  
99 Diretor, ao que a conselheira Ângela concordou. Neste momento, o convidado Allan  
100 (IGAM) tomou a palavra e disse que já esteve em uma reunião com a CTPD para  
101 conversar sobre as ações do Plano e disse que já estão fazendo, pelo segundo ano  
102 consecutivo, a análise da elaboração e implementação dos planos diretores em Minas,  
103 sendo que o do GD6 já está nesta avaliação, montaram também o programa de  
104 aprimoramento dos planos e estão dando encaminhamento em várias bacias. Concordou  
105 com este momento de discussão sobre o Plano Diretor nas reuniões da plenária e deu o  
106 exemplo do GD7 onde isto já vem sendo feito em suas reuniões e com isto, já se  
107 conseguiram 76% de implementação do que era previsto até o momento no plano diretor  
108 deles. Disse que já combinou com a servidora Rosângela para que ela acompanhe a  
109 partir de agora todas as reuniões e dê este suporte para implementação das ações do  
110 Plano Diretor. E frisou que, por mais que o plano seja antigo, ele tem todo um  
111 mapeamento da bacia, o lançamento de efluentes, e no caso da quantidade, o maior  
112 impactante é a irrigação, a utilização para a pecuária. Lembrou que o IGAM tem o  
113 interesse em dar todo o suporte para o Comitê mas que, com a cobrança, o comitê vai  
114 poder ter agência e ela vai ter o papel de acompanhar melhor o plano e a partir dela, vai-  
115 se poder contratar o enquadramento e através deste vai poder ter a outorga de  
116 lançamento de efluentes e as coisas vão começar a fluir. O conselheiro Eduardo pediu a  
117 palavra e lembrou que as algumas ações do plano já foram realizadas por outros agentes  
118 da bacia, que muitas vezes até o próprio comitê desconhece e pediu que o Allan  
119 pontuasse cada ação e o que já foi feito e lembrou que as câmaras técnicas devem  
120 sempre atender as demandas da plenária e que neste momento onde cobrança, agência  
121 e enquadramento estão sendo feitos juntos, precisa encaixar tudo na mesma linha para  
122 que as discussões na plenária sejam mais assertivas. O conselheiro José Edilberto pediu  
123 a palavra e solicitou a presença do IGAM em todas as reuniões, especialmente neste  
124 momento onde estão sendo discutidos tantos assuntos relevantes para o Comitê, para  
125 Poços de Caldas e os outros municípios da bacia. O Presidente Rogério agradeceu e  
126 passou a palavra para o conselheiro Valnei que lembrou também sobre a questão da  
127 INB e pediu para convocar o gerente da INB nas próximas reuniões para que ele explique  
128 sobre a barragem de rejeitos radioativos e conseqüentemente sobre a qualidade da água  
129 que será utilizada para fazer a irrigação, consumo, etc. O Presidente Rogério disse que,  
130 a este respeito, já existe um grupo de trabalho que vai ser reativado e que vai incluir este  
131 assunto na CT do Meio Ambiente e dar seqüência nestes trabalhos. Ele agradeceu ao  
132 Allan (IGAM) e passou a palavra para a Maria de Lourdes (IGAM) que disse que a  
133 gerência do IGAM tem a obrigação de acompanhar estas discussões sobre o Plano  
134 Diretor e reforçou que uma das atribuições é articular com todos os setores e com as  
135 entidades. E que a gerência sempre vai colocar alguém para ajudar o Comitê, é só  
136 acionar. O Presidente Rogério agradeceu a participação dela e passou então para o **Item**  
137 **II - Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária do dia 13/04/2021**; após uma pequena  
138 correção, a ata foi aprovada por todos os conselheiros presentes; passou-se então para  
139 o **Item III - Aprovação da Deliberação "Ad Referendum" nº 12/2021 de 14.05.2021**  
140 **que altera o nome da CTO para CTOC e dá nova atribuição**; não havendo  
141 manifestações contrárias, a referida deliberação foi aprovada; passou-se portanto para  
142 o **Item IV - Discussões e contribuições dos conselheiros sobre o tema Cobrança**  
143 **pelo Uso do Recurso Hídrico**; o Presidente Rogério lembrou que foi enviado um

144 material fornecido pelo IGAM juntamente com a convocação e pediu que todos os  
145 conselheiros leiam, estudem, para que possam contribuir com este importante tema que  
146 o Comitê terá daqui para frente. Neste momento, ele passou a palavra para o  
147 coordenador da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC, o conselheiro Juvenal,  
148 que frisou a importância de todos os conselheiros contribuírem nas discussões sobre a  
149 cobrança, e que inclusive a Maria de Lourdes (IGAM) informou a ele que existe a  
150 intenção por parte do IGAM de se fazer uma capacitação sobre a cobrança para os  
151 conselheiros e ele lembrou também que tem uma minuta de DN proposta pela  
152 conselheira Ângela, que está sendo trabalhada, e que em um momento oportuno será  
153 trazida pela plenária para apreciação, mas primeiro tem que consolidar entre os  
154 conselheiros. Ao ser citada, a conselheira Ângela tomou a palavra e disse que a referida  
155 minuta é apenas um rascunho baseada na DN 68 e no decreto estadual 48.160, dizendo  
156 que gostariam de receber sugestões de todos os setores, por exemplo, dos usuários, da  
157 agropecuária (criação de porcos, etc), pois esta é uma área muito carente, lembrando  
158 que o estado de SP não cobra da agropecuária. Lembrou que a Lei Federal dá  
159 autonomia ao comitê para cobrar, mas primeiro tem que consolidar uma proposta entre  
160 os participantes do comitê. Reforçou que todos os setores como mineração e outros, se  
161 organizem e pensem e tragam suas contribuições para começar a discutir, enviando suas  
162 propostas via email para a Diretoria e esta encaminhe à CTOC para discussões.  
163 Relembrou da importância do plano diretor e cobrança andarem juntos e que foram estes  
164 dois assuntos que fizeram com que o segmento da sociedade civil se unisse e cobrasse  
165 isto do andamento dos trabalhos do Comitê. Por fim, ela agradeceu a sensibilidade da  
166 Maria de Lourdes por ter colocado a equipe do IGAM à disposição, e disse a todos que  
167 tem uma interface, que é o comitê do Grande, e que o presidente Rogério será convidado  
168 para a próxima reunião do mesmo, para que seja visto como o estado de São Paulo está  
169 efetuando a cobrança, pois são bacias irmãs e lembrou que existe um pacto de gestão  
170 entre os estados de Minas e São Paulo e que precisa ver a interface de como isto vai  
171 funcionar. Chamou a atenção novamente dos setores como o da Agricultura e Pecuária.  
172 Indicou que a Polícia Militar, que anda muito pela bacia e tem bastante conhecimento da  
173 mesma e pode trazer contribuições valiosas e fundamentais para o Comitê. O Presidente  
174 Rogério agradeceu e reforçou que todos enviem as suas contribuições por email, porque  
175 este é o meio oficial. O secretário Juvenal pediu a palavra e lembrou que há um temor  
176 pela cobrança, achando-se que terá um hidrômetro em cada lugar que não tem e disse  
177 que não será assim. O conselheiro Leonel pediu a palavra e deu quatro sugestões em  
178 relação a cobrança: 1 - que a cobrança só ocorra 1 (um) ano após o fim da pandemia;  
179 2 – que todo recurso arrecadado com a cobrança seja destinado ao pagamento de  
180 serviços ambientais para que a área rural que tenha maior contribuição ou  
181 armazenamento de água, que ela receba para pagamento dos serviços ambientais; 3 –  
182 que não fique restrito à CT a questão da cobrança e que o Comitê aproveite esta  
183 oportunidade para se tornar visível à sociedade e mostrar que a cobrança não vem só  
184 para arrecadar recursos mas também para implementação do plano diretor; 4 – que  
185 haja uma operacionalização das conversas das câmaras técnicas, que a cada reunião  
186 se faça uma ata e que a mesma esteja disponível por exemplo no Google Forms,  
187 impedindo que a mesma seja editada, mas que se torne disponível, para não ter que  
188 esperar uma reunião de plenária, com documentos chegando em cima da hora, que haja  
189 transparência nos diálogos que estão sendo feitos em relação à cobrança. O presidente  
190 Rogério respondeu ao conselheiro que pode-se transmitir as reuniões das CT's pelo  
191 YouTube se for da concordância de todos, e disponibilizar as atas para todos. A

192 conselheira Maria Teresa tomou a palavra e disse que não concorda com a filmagem. O  
193 conselheiro Eduardo lembrou que todas as atas são encaminhadas junto com as  
194 convocatórias para as plenárias e que também encontram-se disponíveis no Portal dos  
195 Comitês. O conselheiro Leonel lembrou que o que ele quis dizer é que haja mais  
196 celeridade. Que todos os documentos estejam disponíveis bem antes da plenária. O  
197 secretário Juvenal agradeceu a contribuição do conselheiro Leonel e respondeu que o  
198 Comitê é representativo em todos os segmentos mas infelizmente não tem nenhum  
199 segmento aqui no comitê representando o setor agropecuário e dos irrigantes e que,  
200 quem fez este papel dentro do comitê de forma mais efetiva, foi a sociedade civil,  
201 dizendo que isto é louvável e lembrou que existe transparência sim. Disse ainda que ele  
202 é absolutamente contra a utilização dos recursos da cobrança para contratar qualquer  
203 tipo de estudo, porque está cheio de estudos de universidades e outros. A conselheira  
204 Ângela tomou a palavra e pontuou que esta questão de onde serão investidos os  
205 recursos vai depender do Plano Diretor, e por isto cobrança e a aplicação de recursos  
206 dependerão de quais prioridades se tem no Plano Diretor da Bacia. Concorda que sem  
207 reflorestar não há como recarregar. O Presidente Rogério agradeceu e passou a palavra  
208 para o Robson (IGAM) que esclareceu que a cobrança não será implementada a toque  
209 de caixa e que para isto tem lei, existe um cronograma de implementação da cobrança  
210 na bacia do Grande e, passo a passo, ela será cumprida. Para ilustrar, ele apresentou  
211 um slide e disse que este processo começou em 2018 com os encontros em Lavras e  
212 Três Corações e dali saiu uma agenda de trabalho sobre a cobrança nas oito bacias,  
213 surgindo-se então esta integração dos comitês. Foi criado um Grupo de Trabalho - GT  
214 naquela época com 2 representantes de cada CBH mais o representante do IGAM e a  
215 partir daí, em paralelo à DN 68, este GT foi trabalhando uma proposta de metodologia  
216 de cobrança e preços para as bacias do Grande, e eles concluíram os relatórios no ano  
217 passado, aqueles que foram enviados para todos e assim saiu esta proposta de preços  
218 e a proposta da DN 68. Isto porque existe um decreto que em 2 anos a cobrança será  
219 implementada em todos os estados e aqueles comitês que não discutiram a base, vão  
220 ter que utilizar a DN 68, que é a diretriz geral e determina o mínimo que será  
221 implementado em cada bacia. O passo seguinte é a capacitação das CT's e dos  
222 conselheiros e depois vem as reuniões para discussão da metodologia e, ao fim da  
223 discussão, estas câmaras vão encaminhar uma proposta às plenárias. Explicou que a  
224 fase em que estamos hoje é esta das reuniões conjuntas com as câmaras técnicas para  
225 esclarecer às mesmas tudo sobre a cobrança e tirar todas as dúvidas, para que estas  
226 consigam fazer esta discussão da forma mais transparente possível e ao fim das  
227 discussões, seja feita uma capacitação de todos os conselheiros da plenária sobre a  
228 cobrança para que se possa ter condição para deixar tudo claro, o que vem do conselho,  
229 o que vem do GT, o que a Câmara propôs. E a partir destas reuniões, o Comitê vai  
230 deliberar e encaminhar uma deliberação ao CERH, porém antes disto, ele lembrou que  
231 o conselheiro Juvenal fez uma colocação muito importante, que a cobrança será feita  
232 somente para os outorgados, que o uso insignificante não vai pagar, que há uma  
233 metodologia de preços diferentes para os determinados segmentos e que a DN 68 foi  
234 construída por todos os segmentos, mineração, agropecuária, indústria, saneamento,  
235 etc. E que provavelmente, isto será efetivado em um prazo maior mesmo, como foi  
236 proposto pelo conselheiro Leonel, pois tem todo um processo de comunicação e  
237 divulgação junto aos usuários da bacia, quem vai pagar, como vai pagar, quanto vai  
238 pagar e que, só depois de passar pelo Conselho e o conselho deliberar, e tiver agencia,  
239 aí é que vai acontecer o primeiro boleto da cobrança e que ele acredita que isto vai

240 acontecer em no mínimo daqui um ano mesmo. E que não deve-se trabalhar na base da  
241 especulação e sim da transparência e dos esclarecimentos, que todas as dúvidas devem  
242 ser encaminhadas para a Câmara Técnica e se a CT não conseguir existem os analistas  
243 do IGAM que estão à disposição para esclarecer todas as dúvidas. Lembrou novamente  
244 que a cobrança será feita somente para os outorgados e não para os outorgáveis, que  
245 portanto, não é necessário ter um cadastro de usuários, pois todo usuário que tem  
246 outorga vai pagar pelo uso de recursos hídricos. Com relação à utilização dos recursos  
247 serem utilizados para pagamento dos serviços ambientais, ele concorda que é muito  
248 importante porém a cobrança é implementada com base no programa do plano diretor  
249 dos recursos hídricos e quando institui agência, esta propõe um plano plurianual de  
250 aplicação dos recursos da cobrança, baseado nos programas e ações do plano diretor e  
251 o Comitê vai aprovar este plano. Podem ter projetos de aplicação dos recursos em  
252 serviços ambientais, mas vão priorizar outras necessidades. Citou o exemplo da bacia  
253 do Rio das Velhas, onde o grande problema é a questão do saneamento e que a intenção  
254 é ajudar os municípios a fazerem os seus planos municipais de saneamento. Lembrou  
255 novamente que o Comitê é quem vai definir, com base no plano diretor, onde os recursos  
256 serão aplicados. Lembrou da importância do comitê ser a ponte entre a sociedade da  
257 bacia e os usuários. Por isto a importância da divulgação no momento oportuno da  
258 implementação da cobrança. Em relação às reuniões de câmara, elas são abertas a  
259 todos os conselheiros, a quem quiser participar. É só ter uma organização, porque o fato  
260 do conselho participar, não significa que ele terá a fala em todos os momentos, mas é  
261 autorizado aos conselheiros expressar suas opiniões e tirar suas dúvidas ali e que as  
262 atas também devem ser disponibilizadas para todos. Lembrou à conselheira Ângela que  
263 o próprio GT fez e encaminhou uma proposta de deliberação, ao que ela respondeu que  
264 usou esta minuta e a base da DN 68 para fazer a minuta que foi levada à CTOC do  
265 Comitê. Robson pediu que estas contribuições sejam encaminhadas à Câmara para que  
266 ela discuta e apresente uma proposta à plenária, baseado na proposta do GT e na DN  
267 68, lembrando que tem um decreto que determina que a cobrança será implementada  
268 em dois anos com base nas diretrizes do conselho. Disse que o IGAM está esperando  
269 as propostas e contribuições até o mês de agosto/2021 e a ideia é de que as discussões  
270 estejam encerradas nas Câmaras até agosto. O presidente Rogério agradeceu e disse  
271 que esta proposta de todos os conselheiros participarem das reuniões da CT será  
272 analisada com a Câmara para ver se chamaria por setores, mas que independente disto,  
273 todas as contribuições podem ser trazidas a qualquer momento pelos conselheiros. A  
274 conselheira Maria Teresa tomou a palavra e perguntou ao Robson porque os demais  
275 instrumentos da gestão não foram tratados com este mesmo rigor e envolvimento do  
276 estado e dos técnicos do IGAM. No caso da cobrança, questionou o fato de pessoas que  
277 possuem outorga mas no momento não estarem utilizando a quantidade outorgada  
278 pedida, e que deveria haver sim um cadastro bem feito para que esta cobrança fosse  
279 incidida de acordo com a realidade de cada segmento que utiliza as águas. Disse  
280 também que quando trabalhou com os especialistas nesta questão, determinou-se que  
281 a cobrança deve andar junto com o Plano Diretor e que os Planos Diretores deveriam  
282 ser seguidos pelos prefeitos, mas infelizmente não são. E que ela percebe uma pressão  
283 do atual governo com relação à este tema da cobrança, que este comitê sempre alertou  
284 que deveria implementar o instrumento, mas frisou que o tempo está muito apertado para  
285 envolver a sociedade de um modo geral e isto preocupa, que fica muito difícil este  
286 instrumento ser utilizado da forma correta, que será orientar a população para o uso  
287 racional, além de também fornecer recursos financeiros para implementação e tudo que

288 precisa na bacia. Robson (IGAM) respondeu à conselheira que não concorda que o  
289 órgão gestor não deu atenção a todos os instrumentos, que ele acompanha o Mogi Pardo  
290 há muito tempo e que o IGAM dará todo apoio e suporte necessário à esta questão.  
291 Lembrou que com a implementação da cobrança começa a ter aporte financeiro para  
292 implementação de outros instrumentos, como o enquadramento de corpos de água,  
293 melhorar a questão da outorga. Lembrou que o usuário que não estiver utilizando toda a  
294 sua outorga, poderá pedir uma revisão da sua outorga. Apesar de que o preço é tão  
295 irrisório, que muitas vezes não vale a pena. Neste momento o conselheiro Eduardo disse  
296 que o objetivo maior da cobrança não é arrecadar recursos e sim estabelecer o uso  
297 racional pelo contribuinte. E lembrou que não há custo para as companhias de  
298 saneamento por exemplo, pois isto é repassado para os contribuintes de forma que não  
299 pese para ninguém. E que quando a cobrança começa efetivamente, a primeira coisa  
300 que acontece é que todos os usuários, indústrias e outros, entrem com pedido de revisão  
301 de suas outorgas, mesmo porque se você tem uma outorga maior do que a sua  
302 utilização, você está restringindo o uso de outros usuários da bacia. Lembrou que todos  
303 os instrumentos têm uma grande importância e serão levados em consideração. A  
304 conselheira Ângela pediu a palavra e discordou do conselheiro Eduardo com o fato de  
305 muitos pedirem para diminuir suas outorgas em uma época de crise de recursos hídricos,  
306 já que o preço que os grandes pagam é irrisório e que isto penalizará os pequenos. Citou  
307 as mudanças climáticas, a diminuição da água e que, com isto ela não vê ninguém  
308 abrindo mão da sua reserva hídrica. O presidente Rogério agradeceu as contribuições e  
309 lembrou que o ajuste tarifário é mais fácil quando se tem uma agência reguladora e que  
310 este não é o caso de Poços de Caldas. Neste momento o conselheiro José Edilberto  
311 questionou ao Robson (IGAM) sobre a regionalização do saneamento e sobre a questão  
312 dos usos outorgáveis, se haverá um canal para fazer as denúncias. Robson respondeu  
313 que a questão é regularizar os usos, e nisto o IGAM vem se empenhando. Sobre a  
314 questão da regionalização do saneamento, ele passou para o conselheiro Eduardo  
315 responder e o mesmo disse que não é papel do IGAM, que existe uma Superintendência  
316 da SEMAD que cuida disto, e lembrou que é uma demanda da Lei do marco do  
317 saneamento que obrigou os estados a oferecer uma posição. Se o estado e os  
318 municípios não oferecerem uma posição, a lei vai seguir de uma forma protocolada.  
319 Então o que o estado está fazendo é um planejamento de blocos, e que não é uma  
320 proposta fechada, está aberto à discussão e que o problema é o prazo. Lembrou que a  
321 Assembleia Legislativa é aberta à participação de todos mas que nenhum município é  
322 obrigado a participar, e que não há tempo para discutir isto na reunião. O presidente  
323 Rogério concordou e lembrou que o repasse que o DMAE faz, por exemplo, só pode ser  
324 através da tarifa e que isto é uma discussão para outro momento. Maria de Lourdes  
325 (IGAM) tomou a palavra e respondeu à conselheira Maria Teresa com relação ao  
326 cadastro, que entende a importância do mesmo, que já trabalharam muito em cima disto,  
327 mas perceberam que 5% dos usuários são responsáveis por 92% do pagamento da  
328 cobrança na bacia e que por isto não vale a pena fazer o cadastro, pois há anos atrás a  
329 empresa cobrava R\$ 450,00 por cadastro e que isto é muito caro. Hoje, estão otimizando  
330 o cadastro de outorga, e ele será muito eficiente e eficaz. Reforçou que, quando o comitê  
331 estiver com a cobrança, pode-se pensar nesta possibilidade de fazer um cadastro e  
332 lembrou que o mesmo não é um instrumento da gestão dos recursos hídricos e sim uma  
333 ferramenta. Eduardo (IGAM) IDE – SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/>  
334 lembrou que estão implementando o sistema digital, que hoje tem a plataforma que  
335 localiza os usos outorgados e que a intenção não cobrar dos usos insignificantes. O

336 presidente Rogério agradeceu e passou para o último item da pauta. **Item V -**  
337 **Deliberação de Criação da Comissão Eleitoral para acompanhamento do Processo**  
338 **Eleitoral 2022/2026, conforme proposta de DN em anexo, com apresentação dos**  
339 **indicados a representar cada segmento;** disse que foi recebido a indicação da  
340 **Sociedade Civil**, que indicaram como representante a conselheira **Kelly Ribeiro de**  
341 **Andrade Almeida Di Tomazzi (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia**  
342 **do Rio Grande – ARPA Rio Grande** e do *Poder Público Municipal* que indicou como  
343 representante a conselheira **Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de**  
344 **Guaxupé)** e fez o convite para o setor dos Usuários e do Poder Público Estadual para  
345 indicar os seus representantes. A conselheira **Laene Fonseca Vilas Boas (Federação**  
346 **das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG)** se dispôs a representar os  
347 **Usuários** e todos concordaram. O conselheiro **Newton Eleutério Ramos (Polícia**  
348 **Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG)** se dispôs a representar o **Poder Público**  
349 **Estadual**. Sendo assim, ficou-se estabelecida a comissão eleitoral do GD6. Maria de  
350 Lourdes (IGAM) esclareceu que o processo eleitoral será bem tranquilo, que a posse  
351 será em 30 de junho de 2022, que o edital será publicado no final do mês de julho/2021,  
352 que a primeira ação é constituir a comissão e está antecipando para fazer a mobilização,  
353 a inscrição dos interessados, a reunião dos segmentos, etc. E que haverá um servidor  
354 da gerência acompanhando todo o processo. Lembrou ainda que todas as reuniões  
355 serão virtuais, tendo em vista a questão da pandemia. O conselheiro José Edilberto  
356 tomou a palavra e pediu novamente a contribuição de todos os usuários locais e citou o  
357 conselheiro Renato Pizol, para possível participação da comissão eleitoral, mas o  
358 mesmo se recusou por estar com outros trabalhos neste momento. O Presidente Rogério  
359 agradeceu e concluiu com a secretária o preenchimento da DN com a instituição da  
360 comissão eleitoral do GD6. O conselheiro Eduardo disponibilizou para todos o link da  
361 plataforma IDE do Sisema <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br> e explicou que na  
362 plataforma tem as abas com Mapas base, Camadas, Consultar atributos e Ferramentas  
363 de Desenho. Nestas é possível escolher o tipo de imagem de mapa, escolher a camada  
364 que se quer conhecer (como a Hidrografia ou Instrumentos e Projetos Territoriais, que  
365 têm importantes informações para gestão de recursos hídricos) e a partir daí pode-se  
366 consultar atributos e inserir pontos ou poligonais que podem ser exportadas para o  
367 Google Earth ou outras plataformas. São muitos dados e muitas funções de grande  
368 utilidade. O presidente Rogério agradeceu a participação de todos e a produtividade da  
369 reunião. Nada mais havendo a tratar, a 3ª Reunião Ordinária do CBH Mogi/Pardo (GD6)  
370 foi encerrada às 12h15min.